

Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
(COM EDUARDA ESPOSITO)
calexa1970@gmail.com

Para bom entendedor

O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), diagnosticou a posição desfavorável do governo no debate orçamentário. E mencionou as possibilidades. “Neste momento, não temos as contas fechadas. Quando o ministro Fernando Haddad fala, por exemplo, em corte de emendas, ele não está fazendo ameaça. É um diagnóstico da realidade: não teremos recursos para várias atividades. Entre elas, as emendas parlamentares”, disse.

Conta complicada

Na complicada relação entre o Planalto e a Frente Parlamentar do Agronegócio (FPA), está em jogo o futuro da Lei Geral de Licenciamento Ambiental. Enquanto o governo tenta garantir ao menos a manutenção de 15 vetos, representantes da FPA avaliam se pretendem derrubar uma parte significativa ou todas as alterações feitas pelo Executivo.

PSD insatisfeito

Não é apenas o MDB que está insatisfeito com a leva de exonerações estabelecida pelo governo. A ala governista do PSD também. Parlamentares contam que os pleitos desse grupo não têm sido atendidos pelo governo. Entre os partidos com relação instável com o Planalto, como o União Progressista e o MDB, o PSD tem tido a maior proporção de parlamentares votando a favor da situação.

Nem aí

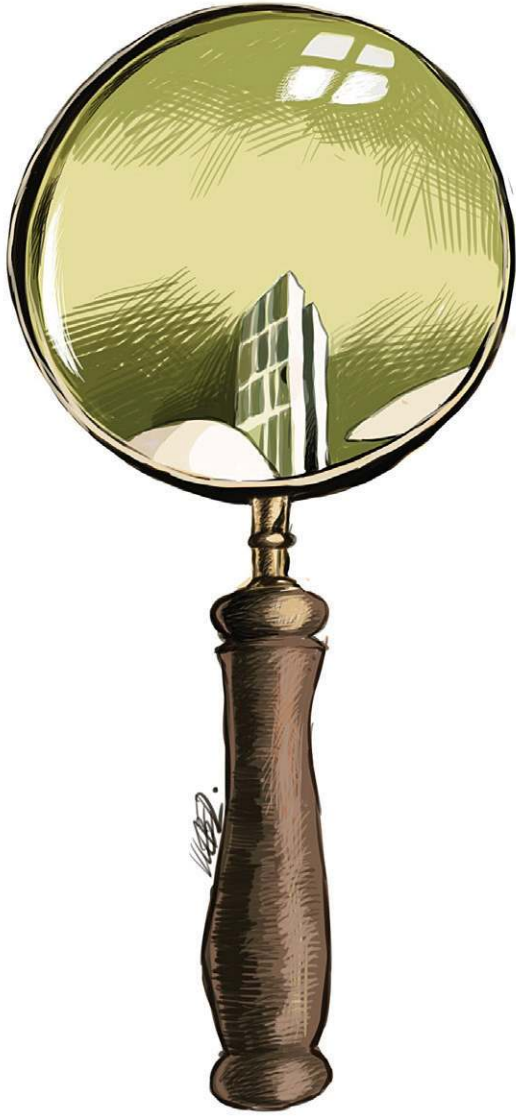
A bancada oposicionista do PSD, por sua vez, minimizou as exonerações promovidas pelo governo. Na avaliação desses parlamentares, cargos listados são irrelevantes ou não tinham orçamento. Nem dariam portfólio político para 2026.

Novo teste para os aliados do Planalto

A sessão conjunta do Congresso desta quinta-feira ocorre pouco mais de uma semana depois de o governo sofrer uma derrota categórica com a derrubada da MP 1.303. Será a oportunidade de avaliar se as exonerações ocorridas nos últimos dias mudaram a relação com os partidos que votam com o governo a depender das circunstâncias.

Ocorre que o tema que entrará em debate — a Lei Geral do Licenciamento Ambiental — não é o melhor termômetro para definir a fidelidade ao Planalto. Desde o início da tramitação, o governo não tem uma posição consensual sobre a lei de licenciamento ambiental — basta recordar os momentos vexatórios por que passou a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, com os parlamentares. Havendo a apreciação dos vetos ao projeto aprovado no Congresso, não é certo se as ressalvas governistas mais importantes serão consideradas – isso a menos de um mês da COP30.

O teste de fidelidade será mais definitivo na terça-feira, data prevista para a votação do Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A queda de braço entre a ala resistente à alta de impostos e as propostas defendidas pelo ministro Fernando Haddad vai esclarecer se o Planalto ganhou musculatura em plenário, ou, como se viu nas últimas votações sobre a alta do IOF, a articulação governista mostrou-se insuficiente.



Telefone sem fio

Parlamentares do centro voltaram a comentar a dificuldade da articulação dos líderes da base aliada. Segundo eles, ninguém do governo ligou para pedir voto a favor da medida provisória da compensação do IOF. Já quem não queria aprová-la ligou primeiro e assegurou o voto dos deputados.

Melhor se preparar

A oposição no Senado está alerta com o favoritismo do Advogado-geral da União, Jorge Messias, para o Supremo Tribunal Federal (STF). Ainda está na memória quando Messias excluiu o Sindnapi, entidade sindical do irmão de Lula, do bloqueio de bens por ocasião do escândalo do INSS. Para a oposição, o episódio põe em xeque a imparcialidade do possível ministro do STF.

E o Orçamento?

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Efraim Filho (União-PB), disse já ter alertado o governo sobre os prazos para aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Parlamentares temem que a LOA não vá a plenário este ano, prejudicando o empenho de emendas em ano eleitoral.

Setor elétrico na fila

O próximo projeto que deve ganhar espaço no Congresso Nacional é a medida provisória da tarifa social para conta de energia elétrica. O relator, senador Eduardo Braga (MDB-AM), deve apresentar o parecer já na semana que vem. A base do governo acredita que vota e aprova sem maiores complicações. Para os governistas, esta MP não enfrenta os problemas que a proposta da compensação do IOF sofreu.

Taxação global

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu a taxa global dos super-ricos como instrumento para financiar o combate à crise climática e reduzir a desigualdade social. A mensagem do ministro foi apresentada em carta na reunião anual de 2025 do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, em Washington.

JUDICIÁRIO

Filha de Edson Fachin, presidente do STF, defende a indicação de mulher para suceder Barroso. Juristas femininas aumentam a pressão

Ministra tem apoio de peso

» WAL LIMA
» LUANA PATRIOLINO
» FERNANDA STRICKLAND
» FABIO GRECCHI

A campanha para que uma jurista ocupe a cadeira no Supremo Tribunal Federal a ser deixada, até amanhã, pelo ministro Luís Roberto Barroso, ganhou, ontem, uma apoiadora de peso: Melina Fachin, filha do presidente da Corte, ministro Edson Fachin. Ela compartilhou publicações nas redes sociais que pressionam o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a aumentar a presença feminina na Corte, hoje restrita à ministra Cármen Lúcia. As postagens pedem “uma mulher no STF”, afirmam que “agora tem que ser ela” e destacam que “o Brasil é feito por mulheres — o STF também precisa ser”.

Professora, advogada e diretora da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Melina reforça a campanha de juristas mulheres — e mesmo de celebridades como a cantora Anitta e as influenciadoras digitais Juliette e Deolane Bezerra, manifestadas nas redes sociais — de que a vez, agora, é delas. A pressão sobre Lula avançou mais um pouco ontem com a carta a ele dirigida, na qual juízas de todo o país afirmam que há a “necessidade inadiável” de uma segunda ministra. Frisam, inclusive, que “as mulheres são mais da metade da população do país, mas são sub-representadas na Suprema Corte”, o que elas consideram “uma

fratura na própria ideia de democracia representativa.”

As magistradas argumentam que a escolha de uma mulher trará um “olhar mais amplo” sobre a Justiça e a realidade brasileira. “Em um país com maioria de mulheres, de mulheres negras, é mais que desejável para o pleno funcionamento da Justiça que ali, na Suprema Corte brasileira, existam representantes de toda essa amplitude do Brasil”, diz o documento. “Mais mulheres na Justiça é um olhar mais amplo, mais objetivo e também subjetivo, o que é fundamental num país com as nossas desigualdades históricas. Desigualdades essas que, inclusive, levam a vida de muitas pessoas hoje. E de muitas mulheres, principalmente”, salientam as juízas.

Atualmente a única ministra do STF, Cármen Lúcia defendeu, em diversas ocasiões, a presença feminina em espaços de poder. “É importante garantir a paridade de gênero nos concursos públicos para os cargos da Justiça Eleitoral, também a composição por mulheres e homens nas bancas, para que os cargos em comissão sejam com paridade de gênero, para que isso seja indicado em todos os tribunais regionais eleitorais”, disse a presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em evento do Dia Internacional da Mulher deste ano.

Esse documento se soma ao remeido pelo Movimento Mulheres Negras, remetido a Lula na terça-feira, que cobra do presidente que a sucessora de Barroso seja uma jurista negra.

Reprodução/Instagram



Melina Fachin compartilhou publicações que pressionam Lula a aumentar a presença feminina na Corte

Aliás, o próprio Barroso — cuja aposentadoria foi publicada ontem, em edição extra do *Diário Oficial da União (DOU)* — defendeu a maior participação das mulheres na cúpula do Judiciário. Tanto que, na presidência também do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), conseguiu que a entidade baixasse uma resolução que determina que, nas promoções por merecimento nos tribunais de segundo grau, se um homem for promovido, a vaga seguinte deve ser de uma juíza, até que se atinja uma meta de 40% de participação feminina na composição dessas cortes.

Candidatas

Duas candidatas à cadeira que será deixada vaga por Barroso são consideradas as mais fortes. Uma é a ministra Daniela Teixeira, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), considerada garantista e até integrou o Grupo Prerrogativas, que reúne advogados que apoiam Lula. Outra é a ministra Maria Elizabeth Rocha, presidente do Superior Tribunal Militar (STM), que tem bom

trânsito no mundo político e jurídico.

Mas Lula não é pressionado apenas a indicar uma mulher para a Corte. Nas últimas horas, cresceram as possibilidades de o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) disputar uma vaga que, antes, parecia ter o advogado-geral da União Jorge Messias como candidato mais forte. A gestão em favor do parlamentar mineiro vêm sendo costuradas pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), que tem sido um aliado confiável ao barrar pautas repudiadas pelo Palácio do Planalto — como a PEC da Blindagem e a anistia aos golpistas condenados pelo STF.

Inclusive, foi a Alcolumbre que o ministro Fernando Haddad (Fazenda) recorreu, a fim de ressuscitar pontos que constavam na Medida Provisória 1.303 — que aumentava o Imposto sobre Movimentação Financeira — considerados consensuais pelos congressistas, como taxa de bets e de fintechs, para tentar diminuir o rombo no Orçamento da União de 2026. Por meio do apoio a Pacheco, o senador almeja alcançar o status

conquistado na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro pelo colega Ciro Nogueira (PP-PI), responsável pela indicação do ministro Kássio Nunes Marques ao STF.

Lula, porém, aguarda apenas que Barroso deixe o Supremo para fazer a indicação, o que deve acontecer na próxima semana. Na noite de terça-feira, ele recebeu para um jantar os ministros da Corte Gilmar Mendes, Flávio Dino, Cristiano Zanin e Alexandre de Moraes. Estava acompanhado dos ministros Rui Costa (Casa Civil) e Ricardo Lewandowski (Justiça e Segurança Pública, e integrante aposentado do STF). De acordo com fontes do Planalto, nenhum nome de possível candidato à 11ª cadeira foi citado, mas os magistrados advertiram que a Corte não pode ficar “enfraquecida”, pois os ataques dos bolsonaristas — sobretudo porque a Primeira Turma ainda julga os núcleos golpistas — não arrefeceram.

Rapidez

A expectativa é de que Lula escolha Messias, tido como alguém



Em um país com maioria de mulheres, de mulheres negras, é mais que desejável que na Suprema Corte existam representantes de toda essa amplitude do Brasil (...). Mais mulheres na Justiça é um olhar mais amplo, mais objetivo e também subjetivo, o que é fundamental num país com as nossas desigualdades históricas”

Trecho da carta das juízas para o presidente Lula

de sua estreita confiança. Fontes do governo afirmam que a ideia é evitar surpresas com um nome “que não trairá a causa” — o presidente se decepcionou com o ministro Dias Toffoli e com o ministro aposentado Joaquim Barbosa, que conduziu o processo do mensalão. “Ele quer colocar alguém de confiança e que ficará muito tempo”, disse um interlocutor de Lula.

Nem mesmo a possibilidade de Messias ser bombardeado pelos bolsonaristas — que, para desgastá-lo, prometem fazer circular o áudio, de 16 de março de 2016, da ex-presidente Dilma Rousseff para Lula, dizendo que o “Bessias” levaria a ele o documento que o permitira assumir, à época, a Casa Civil — diminui a simpatia do presidente pelo advogado da União. No Palácio, há a certeza de que será aprovado facilmente na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, presidida pelo governista Otto Alencar (PSD-BA), e que não deve haver dificuldades no Plenário.